

Gestão Participativa dos Recursos Naturais no Arquipélago dos Bijagós

Participatory Management of Natural Resources in the Bijagos Archipelago

João Paulo Madeira  Universidade de Cabo Verde (Cabo Verde)

Resumo

A sociedade Bijagó articula-se em torno de aldeias, unidades políticas e económicas de base que gozam de autonomia de decisão e de uma quase autossuficiência. Os clãs estão organizados por sexo e classes de idade, cada um desempenhando um papel e possuindo deveres na comunidade. Cada ilha ou aldeia possui as suas próprias formas de adoração que estão voltadas para ídolos ou deuses - irãs - entidades dotadas de poder para fazer o bem ou o mal e às quais as preces são dirigidas. Cada ilha é considerada propriedade do clã e do seu irã como guardião. Existem áreas consideradas sagradas, o que significa que ninguém se pode estabelecer nelas, sendo interdito o seu uso continuado. Este é o caso de certos espaços em Rubane, Enu, Orango e Carache. Estas áreas são particularmente importantes para a conservação da natureza, uma vez que misturam vários tipos de ambientes, desde as savanas e mangueirais até aos bancos de areia, entre os canais de mar. Pretende-se com este artigo compreender como se articula a gestão das terras e a divisão dos espaços e explicar como se processam as decisões relativamente à preservação do ambiente e dos recursos naturais.

Astract

The Bijagó society is structured around villages, political and economic units which have decision-making autonomy and an almost self-sufficiency. The clans are organized by sex and age classes, each playing a role and having duties in the community. Each island or village has its own forms of worship, either of idols or gods – iran – entities endowed with power to do good or evil and to which the prayers are addressed. Each island is considered property of the clan and of its iran as a guardian. There are areas that are considered sacred, which means no one can settle down there, being forbidden its continuous use. This is the case of certain spaces in Rubane, Enu, Orango and Carache. These areas are particularly important for the preservation of nature, since they combine various types of environments, from savannas and mangrove forests to sand banks, among the sea canals. This article aims at understanding how the management of land articulates with the division of spaces and at explaining how decisions regarding the preservation of the environment and natural resources are taken.

Palavras chave

Recursos naturais; Desenvolvimento sustentável; Gestão participativa; Riscos e vulnerabilidades ambientais.

Key-words

Natural resources; Sustainable development; Participative management; Environmental risks and vulnerabilities.

Arquipélago de Bolama-Bijagós: Breve Diagnóstico Ecológico

O Arquipélago de Bolama-Bijagós composto por 88 ilhas e ilhéus. Foi classificado em abril de 1996 pela UNESCO de Reserva da Biosfera e em 2014 reconhecido como zona húmida de importância internacional pela Convenção das Zonas Húmidas com interesse internacional para as aves aquáticas (RAMSAR). Em 2015 iniciou-se o pedido de classificação do Arquipélago dos Bijagós a Património Mundial da Humanidade (Figure 1).

O Arquipélago cobre uma superfície de cerca de 1625 km², dos quais vinte e uma ilhas são habitadas. A sua população é de aproximadamente 32.500 habitantes dispersos por cento e oitenta aldeias, dos quais cerca de 90% pertence à etnia bijaço.

As ilhas de Bolama e Bubaque são centros administrativos e dispõem de portos de águas profundas. As principais atividades económicas são a agricultura, pesca e o turismo. Os canais permitem a circulação de massas de água, transportando assim sedimentos e nutrientes que estão na origem da produção de fitoplâncton, base alimentar de pequenas espécies pelágicas. Estes, por sua vez, constituem presas para os predadores, sobretudo: tubarões (tigre, martelo, limão, buldogue e touro), raias, bicudas e golfinhos.

Relativamente à zonagem da Reserva da Biosfera, é possível de forma esquemática, dividir o espaço em três zonas: A primeira diz respeito às zonas centrais que se destinam à reprodução dos recursos e a índices de biodiversidade elevados. Referem-se aos espaços protegidos e a lugares considerados “sagrados”. A segunda corresponde às zonas tampão re-



Figure 1: Carte de zonation de la réserve de biosphère Bolama-Bijagos (Cuq et al.2001).

servadas às populações residentes e que beneficiam a conservação das primeiras zonas. A terceira designa-se por zonas de transição, abertas às atividades de pesca e de turismo, permitindo assim a criação de oportunidades de emprego e de atividades geradoras de rendimentos.

A parte terrestre das ilhas é ocupada por savanas (utilizada para o cultivo de arroz, em especial, na estação das chuvas) e palmares que representam a principal formação vegetal da área terrestre. O sistema de produção bijagó baseia-se na exploração do arroz e produtos do mar. Cultiva-se igualmente o feijão, amendoim e inhame. O azeite, frutos ou vinho de palma fazem parte da dieta da maior parte dos seus habitantes. A monocultura do caju tem tido impacto nos solos circundantes ao alterar os padrões do uso do solo e, consequentemente, nos valores culturais. Os produtos do mar, particularmente os moluscos, representam a principal fonte de proteína animal.

Bijagós: Diversidade étnica e cultural

Uma das hipóteses do termo Bijagó é a de que terá provindo da junção de “Be” e “Odjogo” que na língua local significa pessoas íntegras. A organização social dos bijagós é complexa e baseia-se nos quatro

clãs matrilineares, cada um com poderes e direitos que lhe são próprios: *Ogubanes* têm uma relação privilegiada com o mar, o gado e algumas espécies animais selvagens como o hipopótamo; *Omincas* têm poder sobre a chuva; *Orácumas* têm poder sobre a terra; *Oragas* têm poder sobre o céu (MARETTI, 2003; GALLOIS-DUQUETTE, 2000; SILVA, 2000).

A sociedade Bijagó articula-se em forma de *tabancas* (aldeias), unidades políticas e económicas de base que gozam de uma autonomia de decisão e de uma quase autossuficiência económica. Os clãs estão organizados por sexo e classes de idade (recém-nascido, até 1 ano (*neéa*); crianças pequenas, de 2 a 6 anos (*ongbá*); crianças, dos 7 aos 11 anos (*cadene*); rapazes adolescentes (*canhocám*) e raparigas adolescentes (*capuní*), dos 12 aos 17 anos; homens jovens, dos 18 aos 27 anos (*cabaro* ou *caro*); adultos jovens (*camabi* ou *cabido*) e mulheres casadas (*ocanto*), dos 28 aos 35 anos; adultos, dos 36 aos 55 anos (*caxucá*); homens grandes (*anciãos*) e mulheres grandes (*ocotó* ou *cabuna*), após os 55 anos, cada um desempenhando um papel e possuindo deveres no seio da comunidade (SCANTAMBURLO, 1991, 58).

Cada ilha ou aldeia possui as suas próprias formas de adoração que estão voltadas para ídolo ou deuses –*irãs*– entidades dotadas de poder para fazer o bem ou o mal e às quais as preces são dirigidas. Entre os bijagós, a função do sacerdote é a

de mediador nas cerimónias. Cabe a este receber os pedidos e reencaminhá-los para os irãs. Cada ilha é considerada propriedade do clã e do seu irã como guardião, não podendo ser realizada qualquer atividade sem a autorização deste solicitada pelo *Senhor do tchon* (chão) através de uma cerimónia organizada por ele e pelos seus sacerdotes.

Entre os bijagós, o poder político assenta num equilíbrio entre as figuras masculinas e femininas que são representadas como oposições sexuais. A aliança entre as duas classes de anciãos/ãs é representada pelo elo estabelecido entre ambos no exercício do poder –o *oronho* (chefe da tabanca) e a *okinka* (chefe das mulheres)–. A partilha do espaço entre anciãos e anciãs faz do mato (*an'oka*) um espaço masculino e da tabanca (*anden* em bijagó de Canhabaque e *neguen* de Orango) um espaço feminino (FERNANDES, 1995; 1989).

A propriedade tradicional dos bijagós é reconhecida na grande maioria das ilhas. Possuem um sistema de gestão territorial, fundada numa estrutura complexa de organização social que depende da religião e define a política.

A gestão das terras é coletiva e articula-se em redor das aldeias ou grupos de aldeias. Existe um elo entre a floresta e o local de residência dos bijagós, pelo menos desde a sua fixação nestas ilhas e o clã mantém com o território uma relação muito impor-

tante. O clã proprietário (*dono di tchon*) fixa ou autoriza a utilização das terras, do mato, dos recursos e dos espaços.

Existem áreas consideradas sagradas, o que significa que ninguém se pode estabelecer nelas, sendo interdito o seu uso continuado. Este é o caso de certos espaços em Rubane, Enu e outras ilhas e ilhotas. Para além disso, partes de algumas ilhas são “abandonadas”, como a área de Etebadju, na ilha de Caravela, a área de Cadiguira na ilha Formosa e a área de Ancagumba, na ilha de Meneque. As áreas “abandonadas” são consideradas sagradas e destinadas às cerimónias místicas, sociais e económicas, que fazem parte da vida das comunidades bijagós.

Existem outras áreas com restrições específicas ou parciais, como por exemplo, a ilhota de Bias, (Poilão) para sul, que pertence à aldeia de Canhabaque de Ambeno, que está interdita a pessoas do sexo masculino não iniciadas, e a ilhota de Canuopa, restringida unicamente aos iniciados “donos” do clã (*cuduba uamotó*), durante a época das cerimónias. Entre as áreas mais significativas, que foram consideradas sagradas pelos bijagós, por razões místicas, económicas ou sociais, situam-se as ilhas do grupo Orango e a zona ocidental da ilha de Carache.

Estas áreas são particularmente importantes para a conservação da natureza, uma vez que misturam vários tipos de ambien-

tes, desde as savanas e mangueirais até aos bancos de areia, entre os canais de mar. Muitas das ilhas ao sul do Arquipélago são protegidas pelas comunidades locais tais como Codotch (João Vieira), Noponoque (Meio), Anchenem (Cavalos) e Bias (Poilão), que pertencem às aldeias de Menegue de Canhabaque (clã de Onoca), Inhoda (Onoca), Bine (Onoca) e Mabeno (Orácuma).

As ilhas de João Vieira, Meio, Cavalos, Bane e Engumbane são locais de iniciação. Em Rubane e Anaguru não é permitido enterrar os mortos, nem lhes edificar uma sepultura permanente. Muitas ilhas têm restrições específicas, outras parciais. Mesmo no caso das tabancas totalmente desertas, as balobas continuam a ser respeitadas e sagradas por toda a população bijagó. Sob a direção de *Onhaqui* (Bijagós de Canhabaque), estas ilhas e áreas circundantes conseguiram manter uma vasta diversidade de espécies de peixe e de tartarugas verdes (*chelonía mydas*), que voltam todos os anos aqui para desovar. Esta área constitui em toda a Costa Atlântica de África o local privilegiado para este fim.

Nestas ilhas existem restrições relacionadas com as cerimónias do *manrase* uma vez que são local de residência de determinados espíritos.

De entre as vulnerabilidades encontradas a partir da revisão da literatura (CAMPREDON and CATRY, 2018; COSTA CORREIA,

2018; CROSS, 2016; BINET et al., 2012; SAID & ABREU, 2011; KYLE, 2009; NJOCK & WESTLUND, 2010; OLVEIRA, 2009; KACZYNSKI & FLUHARTY, 2002; CAMPREDON & CUQ, 2001; TOUS et al., 1998; CÔ, 1994 e observação de campo entre 2009 e 2019, destacam-se em particular as relativas à utilização descontrolada dos recursos naturais (captura ou comercialização de espécies protegidas); pesca ilegal, não comunicada; acampamentos ilegais montados sem o mínimo de condições de saúde e de segurança; dificuldade em fiscalizar o vasto território por falta de meios materiais e financeiros; perda da biodiversidade com a má utilização dos vários ecossistemas (por ex. corte de tarrafes e mangais), assim como do potencial agrícola que tem gerado pobreza; fragilidade das estruturas e equipamentos, falta de quadros técnicos; fluxos migratórios e carências ao nível da educação, de técnicas e equipamentos de produção; risco de turismo massificado que resulta em danos ambientais e coloca em risco os ecossistemas.

Além disso, outras importantes particularidades se destacam, tais como: carência de água potável e insuficiente produção alimentar; insularidade e dificuldade de transporte e comunicação entre ilhas; comércio insuficiente e inadequado e falta de recursos para o investimento; dificuldade de adaptação de projetos à realidade socioeconómica e cultural (calendários religiosos, estrutura social e nível técnico).

Papel e organização das Áreas Protegidas: O contributo das ONG

O Governo da República da Guiné-Bissau, através da Secretaria de Estado do Ambiente, do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) têm vindo a zelar pela aplicação efetiva das diferentes ações de proteção, de gestão do ambiente e dos projetos de desenvolvimento.

O IBAP coordena o Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP) (Decreto n.º 6-A/2000, de 23 de agosto) e o Parque Nacional de Orango (PNO) (Decreto n.º 11/2000, de 4 de dezembro).

Relativamente à Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok) (Decreto-Lei n.º 8/2005, de 15 de julho) é a ONG guineense Tiniguena que faz o enquadramento desde a criação à gestão do próprio parque. Estão presentes neste quadro a Assembleia das Ilhas, a Assembleia das Tabancas e a Assembleia de Urok. Nesta última, estão presentes o IBAP e a RBABB e a Capitania do Porto.

Paralelamente a isto, existem também colaboradores que participam de forma voluntária ou apenas quando são solicitados. No caso da RBABB, os poderes que regulam o acesso às terras são exercidos pelas autoridades tradicionais, através de

um processo de decisão (Conselho de Anciãos, cerimónias tradicionais e classes de idades), caracterizado por uma transferência de direitos de acesso e uma regulação, por parte do Estado e ONGs nacionais e/ou internacionais, às autoridades da aldeia.

Esta parceria estipula e garante as funções, as responsabilidades e os direitos respetivos de cada um, em relação à área protegida. As parcerias multisectoriais e de diferentes níveis, são essenciais para uma aproximação à conservação inclusiva e participativa. A solução encontra-se no envolvimento das comunidades locais.

As principais ONG's nacionais que atuam no Arquipélago dos Bijagós no âmbito da monitorização dos recursos naturais são: Tiniguena; Nantinyan; ADIM; Tankakan; ADEMA; Biligert; Associação de Jovens Andorinha; Totokan e Tepenny. Quanto às ONG's internacionais destacam-se a UICN, NOE Conservation, a MAVA, Mani-tese, Engin, Swissaid e a CBD Habitat.

A Tiniguena (Esta terra é nossa), a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), e a FIBA (Fundação Internacional do Banc d'Arguin) atuam no arquipélago, em colaboração com as tabancas (aldeias) bijagós para a restauração dos ecossistemas degradados e a gestão de recursos de forma mais sustentável.

Síntese das principais conclusões, resultados e recomendações

As normas sociais das aldeias bijagós sofreram nos últimos anos profundas transformações. Os numerosos contatos culturais e as sucessivas mudanças da situação política e económica desde a independência refletiram-se nas suas comunidades.

O arquipélago tem vindo a ser penalizado pela situação contemporânea, sobretudo no que respeita à sobre-exploração dos recursos naturais. O potencial das ilhas para a economia depende da manutenção dos seus primitivos ecossistemas.

Relativamente à gestão do espaço e salvaguarda do meio ambiente, o arquipélago constitui desde 1996, uma Reserva da Biosfera, tendo surgido da necessidade de salvaguardar a fauna e a flora na sua mais ampla biodiversidade.

Com esta finalidade o Estado da Guiné-Bissau criou dois Parques Nacionais em duas zonas ou grupos de ilhas: o grupo sul de Orango (Parque Nacional de Orango (PNO), centro de hipopótamos de água salgada e o grupo leste de João Vieira Poilão (Parque Nacional de João Vieira Poilão (PNMJVP), centro de tartarugas marinhas e ainda, uma Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Formosa, Nago e Tchedia (Urok).

O Governo tem feito esforços no sentido de planear e proteger a flora e a fauna para a conservação das espécies raras, como é o caso da tartaruga bebé e, desse modo, garantir os recursos genéticos necessários às gerações futuras. Os apoios internacionais devem ser continuados e convertidos em programas, projetos e ações, comprometidos no sentido de apoiar as comunidades locais e fazer a diferença na vida dessas populações.

A gestão espaço tradicional está integrada nos valores, comportamentos e atitudes dos bijagós, o que permitiu que estes vivessem durante séculos num ambiente saudável. Este comportamento é verificado pelos ambientalistas e pelos turistas que visitam as ilhas.

A gestão tradicional tem sido adequada na salvaguarda do meio ambiente. Contudo, em muitos casos, o Governo e as ONG nacionais e internacionais não o fazem de forma articulada, o que leva a que alguns dos projetos de desenvolvimento caminhem em sentido contrário.

Referências bibliográficas

- BINET, Thomas, Pierre FAILLER e Andy THORPE (2012). Migration of Senegalese fishers: a case for regional approach to management. *Maritime Studies*, 11, pp. 1-14
- CAMPREDON, Pierre e Paulo CATRY (2018). Bijagos Archipelago (Guinea-Bissau), em C. Max FINLAYSON, *The Wetland Book*, pp. 1-8. Springer Nature Switzerland AG.

- CAMPREDON, Pierre e François CUQ (2001). Artisanal fishing and coastal conservation in West Africa. *Journal of Coastal Conservation*, 7, 1, 91-100.
- CÓ, Meio-Dia Sepa Maria Lé (1994). *Mudanças recentes da linha de costa e dos ecossistemas costeiros da ilha de Bubaque (Arquipélago dos Bijagós)*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.
- COSTA CORREIA, Edna Rita de Freitas da (2018). *Small pelagics, predatory fish and seabirds: trophic and behavioural interactions in a marine protected area in Guinea-Bissau*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa/Aveiro: Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa/Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro.
- CROSS, Helen (2016). "Displacement, disempowerment and corruption: challenges at the interface of fisheries, management and conservation in the Bijagós Archipelago, Guinea-Bissau", *Fauna & Flora International*, 50 (4), pp. 693-701.
- CUQ, François et al. (2011). *Un système d'information géographique pour l'aide à la gestion intégrée de l'archipel des Bijagos (Guinée-Bissau): notice de la carte, constitution et exploitation du SIG*. CNRS, Géosystèmes/INEP, IUCN.
- FERNANDES, Raúl Mendes (1995). "Contradições entre linhagens dominantes e classes de idades Bijagós", *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, 20, pp. 73-79.
- FERNANDES, Raúl Mendes (1989). "O espaço e o tempo no sistema político bidjogó", *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, 8, pp. 5-23.
- GALLOIS-DUQUETTE, Danielle (2000). "Introdução aos Bijagós da Guiné Bissau", em Rita Sá MARQUES (Coord.), *Na Presença dos Espíritos*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- KACZYNSKI, Vlad M. e David L. FLUHARTY (2002). European policies in West Africa: Who benefits from fisheries agreements? *Marine Policy*, 2, 26, pp. 75-93.
- KYLE, Steven (2009). *The macroeconomic context for trade in Guinea-Bissau. Working Paper, Department of Applied Economics and Management*. New York: Cornell University, Ithaca.
- MADEIRA, João Paulo Carvalho e Branco (2009). *Gestão do Espaço e da Propriedade Tradicional no Arquipélago dos Bijagós*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: ISCSP.
- MARETII, Cláudio Carrera (2003). "The Bijagós Islands – culture, resistance and conservation", *Policy Matters*, 12, pp. 121-131.
- NJOCK, Jean-Calvin e Lena WESTLUND (2010). "Migration, resource management and global change: experiences from fishing communities in West and Central Africa", *Marine Policy*, 4, 34, pp. 752-760.
- OLIVEIRA, Sandra (2009). *Educação para Todos: Urok – Arquipélago dos Bijagós - Guiné-Bissau*. Lisboa: IMVF e Tiniguena.
- SAID, Abílio Rachid e Alexandre ABREU (2011). *A Economia Local da Área Marinha Protegida da Comunidade de UROK: Dinâmicas, Constrangimentos e Potencialidades*. Lisboa: IMVF.
- SILVA, Dilma de Melo (2000). *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagó da Guiné-Bissau*. São Paulo: Terceira Margem.
- TOUS, P., M. DUCROCQ, D. BUCAL e E. FERON (1998). "Shark populations are possibly under serious threat in the Bijagos archipelago (Biosphere Reserve), Guinea Bissau", West Africa. *Shark News. Newsletter of the IUCN Shark Specialist Group*. Newbury, Berkshire, UK.: Nature Conservation Bureau Limited, 10, p. 4.